

Tribuna



ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791

Metalúrgica



EDIÇÃO ONLINE

Nº 4560 • QUARTA-FEIRA • 15 DE ABRIL DE 2020 • SMABC.ORG.BR



VÍRUS VERDE E AMARELO

**CÂMARA APROVA MEDIDA PROVISÓRIA
QUE PRECARIZA RELAÇÕES DE TRABALHO
DURANTE E APÓS A PANDEMIA**

SAÚDE

ISOLAMENTO SOCIAL: AMARGO, MAS NECESSÁRIO

COMENTE ESTE ARTIGO.
ENVIE UM E-MAIL PARA
DSTMA@SMABC.ORG.BR
DEPARTAMENTO DE SAÚDE
DO TRABALHADOR E MEIO AMBIENTE

FOTOS: DIVULGAÇÃO

As medidas de distanciamento e isolamento social foram adotadas para controle da velocidade de transmissão da covid-19 visando impedir que o número de casos não cresça a ponto de levar o sistema de saúde ao colapso. Com isso, nosso dia-a-dia passou a ser diferente. Não ter horário para acordar e ir trabalhar; não sair de casa para encontrar amigas e amigos; não participar de encontros e reuniões e a maior permanência em casa incomodam.

Essas mudanças, somadas às preocupações com a possibilidade de contrair a doença, impactam as pessoas de maneira significativa. Os sentimentos podem se intensificar e alterar o nosso bem estar intelectual e mental. “A gente acha que vai pirar. Não consigo assistir à TV. Quero sair de casa e não posso. Sinto


medo”. Diante dessas constatações, cabe perguntar: Quais os efeitos psicológicos frente à quarentena?

Brooks e cols. (2020) realizaram uma revisão sistemática sobre o assunto incluindo estudos relacionados a surtos ou epidemias entre 2004 e 2019. A maioria dos estudos indica efeitos psicológicos negativos como sintomas de estresse pós-traumático; sintomas depressivos; tristeza; abuso de substância; estado confusional e irritabilidade. Além desses, o próprio estado de quarentena, modificações de rotinas, limitação da mobilidade, duração prolongada da quarentena, medo de infecções, frustração, tédio, suprimentos inadequados, informação limitada, e perdas financeiras, contribuem para alterações da saúde mental. Cuide-se.

SIGA ALGUMAS ORIENTAÇÕES:

- Priorize a obtenção de material doméstico, alimento e medicação por telefone, sites, aplicativos e serviços de entrega;
- Mantenha relacionamentos com pessoas de confiança por telefone, mensagens, vídeochamadas ou on-line;
- Faça refeições saudáveis e equilibradas;
- Pratique algum exercício físico (de curta duração, mas regularmente);
- Evitar fumar, usar drogas e consumir muito álcool;
- Se necessário, busque apoio;
- Faça relaxamento para lidar com a ansiedade;
- Leia, escreva, desenhe, pinte, jogue, faça palavras cruzadas, quebra-cabeças, entre outras.

“TAMO JUNTO”



PROPOSTAS DO SINDICATO SÃO INCLUÍDAS EM CARTA REGIONAL

ADONIS GUERRA

Para enfrentar a pandemia, medidas discutidas no ABC serão encaminhadas aos governos federal e estadual, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional

Os Metalúrgicos do ABC participaram da elaboração de documentos com propostas da região para enfrentar a crise diante da pandemia do novo coronavírus. A reunião por videoconferência foi realizada na tarde de ontem pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC e Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e contou com a participação de mais de 50 representantes das sete prefeituras, sindicatos, indústrias e entidades de classe da região.

As cartas serão encaminhadas aos governos federal e estadual, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional. O secretário-geral do Sindicato

e vice-presidente da Agência de Desenvolvimento, Aroaldo Oliveira da Silva, reforçou o protagonismo da região em sempre buscar a articulação entre os atores da economia produtiva e de serviços.

“O ABC é um importante polo de produção e de serviços que, historicamente, foi protagonista em diversas crises que atravessamos ao propor alternativas e saídas em conjunto. A iniciativa de agora reforça esse papel ao pautar e encaminhar propostas para superar a crise atual”, afirmou.

“Agora, com esse espírito de protagonismo do ABC, as nossas propostas são somadas

às contribuições de associações comerciais, representações empresariais e poder público para buscar programas robustos”, ressaltou.

PROPOSTAS

O diretor executivo do Sindicato, Wellington Messias Damasceno, que também participou da reunião, destacou que propostas já defendidas pelos Metalúrgicos do ABC estão contempladas nas cartas, como medidas de preservação dos empregos e das empresas, financiamento para reconversão industrial das empresas, que podem passar a produzir insumos de saúde, e o acesso ao crédito.



ADONIS GUERRA

“Antes do coronavírus, o ABC já vinha se articulando com grande parte do grupo que assina essas cartas para propor ações de recuperação da indústria da região. Diante da pandemia e da crise que afeta a todos, temos buscado ações que preservem a região enquanto polo industrial, de comércio e serviços, que preservem a vida e a saúde da população, mas também com ações de enfrentamento à crise econômica e como organizar a produção de itens médico-hospitalares tão necessários na área da saúde”, explicou.

No documento ao governo de São Paulo, também constam o Pró-Ferramentaria, programa de liberação dos créditos retidos de ICMS para

montadoras e ferramentarias no Estado, e a proposta de suspensão ou redução do ICMS.

“São ações que visam atender a população que mais necessita, a proteção ao emprego e renda dos trabalhadores e também medidas de liberação de crédito para as empresas, que não estão conseguindo financiamento nos bancos”, disse.

Os dirigentes explicaram que será criado um grupo de trabalho para discutir reconversão industrial, com apoio técnico-científico das universidades da região.

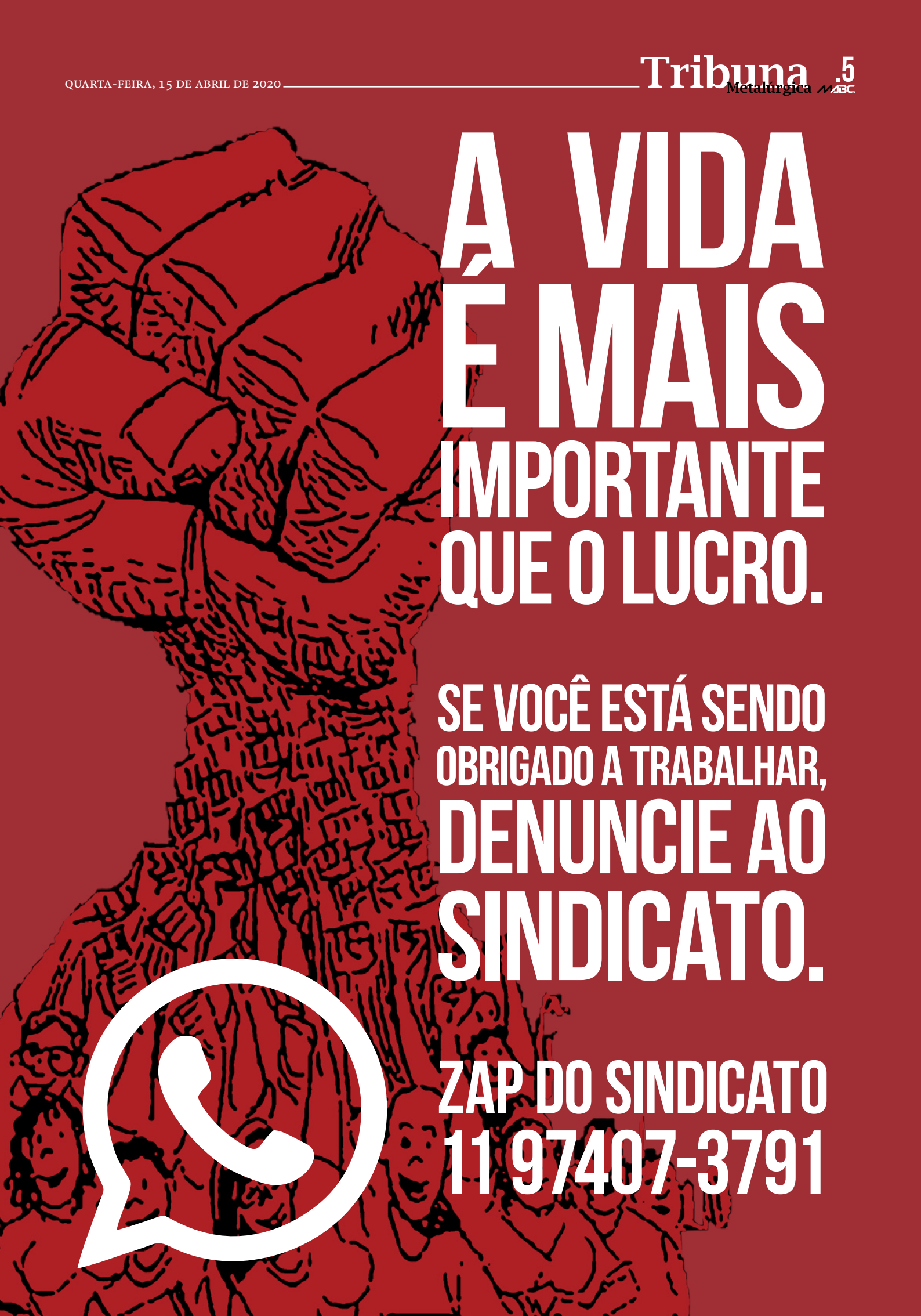
REUNIÃO DOS PREFEITOS

Pela manhã ontem, Aroaldo e Wellington estiveram no Consórcio Intermunicipal

com o prefeito de Rio Grande da Serra, presidente do Consórcio e da Agência, Gabriel Maranhão, para participar da assembleia dos prefeitos das sete cidades por videoconferência.

“Acompanhamos o debate dos prefeitos sobre as medidas de isolamento social e combate ao Covid-19 e discutimos ações de reconversão industrial”, contou Aroaldo.

“Também falamos sobre a organização de uma plataforma de solidariedade onde vários parceiros que atuam na área social possam divulgar suas ações e que os trabalhadores possam apoiá-las, sobretudo para acolher as pessoas que não estão sendo atendidas pelos programas governamentais”, concluiu.



**A VIDA
É MAIS
IMPORTANTE
QUE O LUCRO.**

**SE VOCÊ ESTÁ SENDO
OBRIGADO A TRABALHAR,
DENUNCIE AO
SINDICATO.**



**ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791**



EM MEIO À CRISE, CÂMARA APROVA CONTRATO VERDE E AMARELO QUE PRECARIZA RELAÇÕES DE TRABALHO

DIVULGAÇÃO

Após pressão da oposição, liberação de trabalho aos domingos foi derrubada do texto da Medida Provisória 905

A Câmara dos Deputados aprovou na noite ontem, em sessão virtual, a MP 905 da Carteira Verde e Amarela que flexibiliza ainda mais contratos de trabalho. Apesar das bancadas de oposição tentarem obstruir a votação denunciando os retrocessos, a Medida teve 322 votos a favor e 153 contrários.

A MP 905, editada por Bolsonaro em novembro do ano passado, supostamente para estimular a criação de emprego para jovens de 18 a 29 anos, e depois ampliada para trabalhadores com mais de 55 anos, radicaliza a reforma trabalhista, reduz encargos trabalhista e achata salários. Para ter validade, ela deve ser

aprovada até o dia 20 no Senado. Se aprovada, segue para sanção presidencial.

Para o secretário-geral do Sindicato, Aroaldo Oliveira da Silva, é um absurdo os parlamentares aprovarem uma medida que retira ainda mais direito, justamente neste momento tão grave para o país, de precarização do trabalho e aumento do desemprego.

“Eles se apressaram em votar, mesmo sabendo que existem tantas outras medidas urgentes, verdadeiramente em prol da classe trabalhadora. Se ela já não fazia sentido antes, agora vai na contramão de tudo o que estamos pautando para assegurar direitos. O

objetivo não é gerar emprego, mesmo porque não está havendo contratação agora, o intuito é reduzir o custo da folha de pagamento e salários”.

O dirigente lembrou que a MP pode prejudicar ainda mais a aposentadoria que já foi tão precarizada pela reforma da Previdência. “Com a inclusão de quem tem mais de 55 anos nessa modalidade, que institui o pagamento de até um salário mínimo e meio, quando esses companheiros conseguirem se aposentar, terão o valor da sua aposentadoria ainda mais reduzido. O Sindicato continuará lutando para que ela não seja implementada na nossa categoria”.

AUMENTO DA ROTATIVIDADE E ACHATAMENTO SALARIAL

O Dieese avalia que haverá aumento da rotatividade, com demissão daqueles que ganham mais para serem substituídos por trabalhadores contratados pelo novo modelo.

“No meio dessa pandemia, o que vamos assistir é demissão de um lado e depois reposição com contratação através desse maldito contrato verde e amarelo. Incentiva um processo de contratação a partir de uma base tanto de salário quanto de direitos muito menor. É preocupante neste momento. Não dá para votar questões extraordinárias no meio disso tudo”, afirmou o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior à Rádio Brasil Atual.

“A gente já vem dizendo há muito tempo que não é a redução dos direitos dos trabalhadores que aumenta o número de empregos. O que aumenta o emprego é o crescimento econômico”, disse Fausto.



PRINCIPAIS PONTOS DO TEXTO APROVADO

- Após pressão da oposição e dos sindicatos, foi retirada do texto a autorização para o trabalho aos domingos e feriados.
- Contratação também inclui trabalhadores acima de 55 anos sem ocupação há pelo menos 12 meses.
- A MP previa a alíquota do FGTS reduzida de 8% para 2%. Esse item foi tirado do texto aprovado. Já a multa em caso de demissão que cairia pela metade, de 40% para 20%, ficou em 30%.
- Os contratos são para vagas de até um salário mínimo e meio (em valor atual, R\$ 1.567,50). O prazo é de até dois anos.
- O total de trabalhadores em uma empresa que podem ser contratados com base nessa MP aumentou para 25%. No texto original eram 20%.
- A medida prevê ainda contribuição previdenciária para quem recebe seguro-desemprego. No texto original, todos os desempregados teriam de pagar até 7,5% mensal de contribuição ao INSS. No texto aprovado, o pagamento passou a ser opcional.
- Foi mantida a restrição que considera acidente de trabalho apenas se houver dolo ou culpa e ocorrer em veículo fornecido pelo empregador.